

A SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO EM QUESTÃO

THE TRAINEE ACADEMIC SUPERVISION IN QUESTION

Rodrigo Teixeira¹

Leile Teixeira²

RESUMO

O artigo objetiva discutir as particularidades da supervisão acadêmica na construção da supervisão direta de estágio. A supervisão acadêmica se caracteriza por encontros semanais entre um professor assistente social e o aluno estagiário; momento de análise crítica sobre as dimensões do trabalho profissional. O texto apresenta uma breve contextualização do ensino superior brasileiro, entendendo o estágio a partir das condições objetivas da realidade social, desenvolve as potencialidades do estágio supervisionado na direção do projeto de formação em Serviço Social e os desafios internos e externos à sala de aula que comprometem a supervisão direta. As considerações finais apontam estratégias de ação visando a qualidade da formação profissional em Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Supervisionado. Supervisão Direta. Formação Profissional. Supervisão Acadêmica.

ABSTRACT

The article discusses the particularities of academic supervision in the construction of direct supervision. The academic supervision is characterized by weekly meetings between a social worker teacher and trainee student of social work; moment of critical analysis on the dimensions of professional work. The text presents a brief contextualization of Brazilian higher education, understanding from the objective conditions of social reality, develops of the stage potentialities supervised toward the training project in social work and the internal and external challenges to the classroom that impair direct supervision. The conclusions point action strategies for the quality of training in social work.

KEYWORDS: *Trainees. Direct Supervision. Training Social Work. Supervision Academic.*

¹ Assistente Social, mestre em Serviço Social pela PUC-SP, professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, UFF, Campus de Rio das Ostras. Telefone 21 989870356. E-mail: rodrigopersocial@bol.com.br.

² Assistente Social, doutora em Serviço Social pela UFRJ, professora do curso de Serviço Social da UFRJ. E-mail: leileteixeiragyn@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar as particularidades da supervisão acadêmica, abordando os principais desafios, para garantir a efetividade da supervisão direta de estágio supervisionado em Serviço Social.

O Estágio Supervisionado é o momento privilegiado da formação profissional em Serviço Social e, segundo as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, é atividade curricular obrigatória e se caracteriza pela inserção do estudante estagiário nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam os profissionais assistentes sociais, que o acompanham como supervisor de campo. É acompanhado em sala de aula pelo professor, assistente social, denominado supervisor acadêmico, ambos os supervisores acompanham o estagiário de forma sistemática, tendo por base instrumentos de acompanhamento e avaliação das atividades de estágio.

A dupla supervisão de estágio em Serviço Social responde ao acúmulo político sobre a formação profissional de uma profissão de caráter eminentemente interventivo. A supervisão de estágio é uma das atribuições privativas do assistente social, por requerer conhecimentos próprios adquiridos em curso de formação regular, e assim, responde também a um marco normativo.

A Resolução 533 de 2008 do conjunto CFESS/CRESS aponta a necessidade de que a supervisão ocorra de forma direta.

Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino (CFESS, 2008).

A supervisão direta de estágio em Serviço Social ocorre na relação indissociável entre supervisor de campo, supervisor acadêmico e aluno estagiário. Neste artigo opta-se por apreender as particularidades da supervisão acadêmica, apontando suas especificidades, sua relevância no que se refere à construção de uma formação profissional qualificada e alguns limites que impedem a realização da supervisão direta de estágio com qualidade.

O desenvolvimento desta reflexão é dividido em 03 (três) partes que se articulam entre si, a primeira diz respeito a um breve histórico da conjuntura de contra reforma em Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 14, n. 2 (20), p. 173-186, jul./dez. 2015 ISSN 1676-6806

que se inserem as políticas de educação superior no Brasil; a segunda apresenta um debate sobre o estágio supervisionado em Serviço Social como elemento importante na direção do projeto ético-político da profissão; e a terceira, as particularidades da supervisão acadêmica e os desafios aos professores supervisores acadêmicos para garantirem a supervisão direta.

Como considerações finais, sem a pretensão de esgotar a temática, apontam-se algumas estratégias de ação como: articulação com os órgãos da categoria, fortalecimento das diretrizes curriculares e a Política Nacional de Estágios (PNE) da ABEPSS e reflexão crítica sobre as condições de trabalho docente.

1. Breve contextualização do Ensino Superior Brasileiro

A profissão de Serviço Social – por meio das entidades de representação da categoria – vem incessantemente pensando a formação profissional, no que tange a graduação e pós graduação, nota-se um olhar significativamente politizado voltado para o exercício do estágio e da supervisão em Serviço Social. Documentos importantes tais com o Código de Ética de 1993, as Diretrizes de 1996 da ABEPSS, a PNE de 2008, a Resolução 533 CFESS/CRESS que dispõe sobre a supervisão direta de estágios, e outras resoluções como a 493 de 2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas no trabalho do assistente social; a 557 de 2009 que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais; a 569 de 2010 que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social; a 554 de 2009 dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Dano/DSD, como sendo atribuição ou competência do profissional assistente social, entre outras.

Tais documentos foram construídos a partir da avaliação política das necessidades para a formação e para o trabalho profissional em Serviço Social e se configuram como fundamentais frente à expansão da precarização. A chamada democratização da educação superior, realizada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), foi acompanhada por uma investida mercadológica, ampliando as vagas no ensino privado em detrimento das universidades públicas. Dados que se

comprovam pelo Censo da Educação Superior de 2013 do INEP/MEC³ as instituições de ensino superior privadas têm uma participação de 74% no total de matrículas de graduação. Segundo os dados do Censo em São Paulo há 05 alunos na rede privada de ensino superior para cada aluno da rede pública.

Ações recentes do governo apontam para um quadro conjuntural difícil para os movimentos sociais, especialmente, os que atuam na educação. Para a classe trabalhadora, o ajuste fiscal anunciado pelo governo em 2015, com cortes na educação que ultrapassam R\$ 10 bilhões de reais implicam diretamente nas condições técnicas de trabalho docente.

A conjuntura impõe ao ensino superior um momento de desvinculação entre

[...] educação e saber, a reforma da universidade revela que sua tarefa não é produzir e transmitir cultura, mas treinar os indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra mão de obra e fornece força-de-trabalho (CHAUÍ, 2001, p. 52).

Importante elencar que o contexto atual desencadeado a partir de um período de crise do capital da década de 70 do século XX, alterou o padrão de acumulação capitalista (HARVEY, 2012) e com este a construção de novos elementos sociais, culturais, econômicos e políticos. A emergência de um capitalismo flexível ocasionou uma intensificação no capitalismo financeiro, transferindo o acúmulo do capital ao setor de serviços em detrimento da produção. A educação, principalmente a educação superior, deve ser compreendida sob este ângulo de análise socioeconômica.

Os anos de 1980 no mundo, e especificamente os 1990 no Brasil, vivenciaram uma intensificação das ações neoliberais, como: prioridade imediata para deter a inflação por meio da recuperação da taxa de lucros; derrota do movimento sindical; crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia eficiente; e o aumento das desigualdades no conjunto dos países periféricos (ANDERSON, 1995).

No Brasil a conjuntura neoliberal se acirra nos governos subsequentes a constituição de 1988. Foi preciso construir o que Mota (1995) chamou de “cultura da crise” intensificada com o neoliberalismo. Na análise da mesma autora foi bojo da ideologia da “crise do Estado” e não “crise do capitalismo” que o Estado é visto como

³ http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf acessado em 01/12/2015 as 17:27

“ruim”, de má qualidade trazendo à tona a necessidade de expansão do setor privado visto como “melhor” e de boa qualidade.

É relevante evidenciar que os direcionamentos do ensino superior brasileiro estão relacionados com os posicionamentos políticos dos últimos dez anos, por meio de uma frente de ações contidas, por exemplo, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para Leher (2010), o PAC expressa justamente a maneira como a América Latina se insere na economia mundial, transformando a educação superior em serviço e a universidade como prestadora desse serviço dando ênfase ao grande número de privatizações e investimento no ensino privado.

O mesmo autor afirma ainda, que as empresas da educação se tornaram grandes corporações e o “fato de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alocar dezenas de bilhões em determinadas corporações é compatível com o objetivo central do neoliberalismo: a transferência de renda do trabalho para o capital” (LEHER, 2010, p. 20). O processo se acelera com o aprofundamento da crise pós 2008, visto que recai sobre as políticas sociais, e conseqüentemente a educação, o ajuste fiscal como dito anteriormente.

Podemos verificar isso com a reportagem da revista Exame de setembro de 2015, no ranking das 30 empresas que mais lucraram no governo Dilma Rousseff aparece a Kroton Anhanguera. Em janeiro de 2011 a empresa possuía valor de mercado em 1,42 bilhões de reais, em setembro de 2015 seu valor estimado é de 13,94 bi.

Quando o governo Dilma em 2011 anunciou aumento do número de estudantes no FIES, o mercado financeiro apostou suas fichas nas ações da Kroton Anhanguera, e a empresa está entre as que mais lucraram no governo Dilma.

Soma-se a essa análise que ao longo da década de 1990 e início do século XXI, conforme Boschetti (2004), Netto (2004), Lima (2008), ocorre uma ampliação do espaço privado, no que se refere às ações diretamente ligadas aos direitos sociais, incluindo a educação, que historicamente foi conquistada pela luta dos trabalhadores, visto que a política dos organismos internacionais ressalta que nos países periféricos o investimento da educação superior deve ser diversificado, reduzindo as verbas públicas para este nível educacional, a fim de garantir a expansão do acesso à educação superior via expansão do ensino privado.

A análise das ações constitutivas da contrarreforma da educação superior brasileira nos governos de Cardoso e Lula da Silva demonstra a consonância com essas políticas elaboradas pelos organismos internacionais e, conseqüentemente, a adequação da educação superior

às demandas do capital, em sua busca incessante por novos campos de lucratividade (LIMA, 2008, p. 25).

Essa conjuntura, expressa pela política neoliberal, pela ampliação das unidades de formação acadêmica privadas, pelo avanço do Ensino à Distância (EAD) e pela consolidação da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), intensificou a precarização do trabalho e da formação profissional, atingindo diretamente os estágios supervisionados, e colocando em risco as ações na direção do projeto ético-político profissional.

2. Projeto Ético-político Profissional e o Estágio Supervisionado

O Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social é uma construção sócio-histórica e coletiva da categoria e, como tal, só se consolida nas tramas do processo histórico. Revela uma direção social, o modo de ser e aparecer da profissão. Seus elementos são dinâmicos e estão em constante disputa, explicitam o posicionamento profissional frente aos projetos societários mais amplos, desvelando a dimensão política.

É na conjuntura do Movimento de Reconceituação, dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, das lutas articuladas do Conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), assim como do Código de Ética (1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que toma corpo um Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social que está diretamente vinculado a projetos societários mais amplos, “cuja base de sustentação é a teoria social marxista” (MARTINELLI, 2006, p. 16). Projeto este que imprime uma direção social às ações profissionais no fortalecimento da luta da classe trabalhadora, partindo de uma abordagem teórico-metodológica com vistas à teoria social de Marx. Assim, o compromisso desse projeto visa a “plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social” (NETTO, 1999, p. 104). É efetivado na inteireza de nossas ações, nas densidades de nossas práticas cotidianas; repleto de vida e pulsante de história.

Este Projeto não é um “ente” abstrato, nem se resume a um conjunto de normas, ou resoluções instituídas pela categoria profissional, mas sim um posicionamento ético-político frente à sociedade capitalista, e as ações profissionais nessa direção são uma

Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 14, n. 2 (20), p. 173-186, jul./dez. 2015 ISSN 1676-6806

fricção entre a direção social da categoria e as escolhas dos assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social, como componente curricular obrigatório, está inserido no processo de construção desse Projeto Profissional, na medida em que não se limita a burocracia institucional, mas a apropriação desta permite o salto qualitativo na construção das atribuições político-pedagógicas; permite a efetividade das diretrizes curriculares da ABEPSS na relação com a universidade; dialoga com os supervisores de campo na construção coletiva das decisões, encaminhamentos e avaliação dos estágios supervisionados; visa acompanhar os campos na perspectiva de qualificar o estágio e a supervisão de campo; realiza o Fórum de Supervisão na direção de aprofundamento das análises sobre estágio se caracterizando como um espaço de informação e de formação dos profissionais; refuta o estágio como “mão-de-obra barata”.

Mas, acima de tudo, é na dialética estabelecida entre os sujeitos da formação profissional: supervisores e estagiários, que o Estágio Supervisionado assume a direção do Projeto Ético-político Profissional, uma vez que garante: espaço democrático de participação dos alunos, a liberdade de expressão, a construção coletiva dos planos de estágio e das avaliações semestrais envolvendo alunos e supervisores, a preocupação com os preceitos da ética profissional, e a defesa do estágio como processo de ensino aprendizagem, de relação teoria/prática.

Reafirmar o projeto ético-político do Serviço Social é se posicionar contrário à lógica mercantil da educação, em especial à educação superior no Brasil, conforme cenário apresentado no item anterior.

3. As Particularidades da Supervisão Acadêmica e os Desafios para a Supervisão Direta

A supervisão acadêmica é um componente curricular que deve ocorrer em encontros semanais de, no mínimo 03 (três) horas, conforme PNE (ABEPSS, 2010, p. 29). Sob a orientação de um professor, assistente social, denominado supervisor acadêmico.

A Supervisão Acadêmica, como componente curricular, deve ser prevista na matriz curricular do curso, mas a operacionalização desta deve ser diferenciada das demais disciplinas do curso, sua dinâmica deve articular conteúdos teórico-metodológicos e permitir espaços para o relato das atividades desenvolvidas pelos Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v.14, n. 2 (20), p. 173-186, jul./dez. 2015 ISSN 1676-6806

alunos, refletindo com os mesmos o fundamento das suas ações como futuros assistentes sociais.

A PNE descreve as atribuições da supervisão acadêmica, para que ela seja levada a êxito, todavia, é fundamental que a unidade de ensino elabore a sua política de estágio e que nesta, se garanta as condições técnicas de trabalho ao supervisor acadêmico. Como previsto na PNE a carga horária da disciplina de supervisão de estágio deve ser diferenciada das demais, permitindo que o supervisor acadêmico realize as atividades extraclasse que competem à supervisão, tais como: visitas a campo de estágio, leitura de diário de campo, reuniões com supervisores, fóruns de supervisão.

Outro aspecto relevante da supervisão acadêmica é a organização dos conteúdos da disciplina. O estágio é um componente curricular privilegiado, o movimento realizado nos encontros, deve partir da realidade do estágio, das observações feitas pelos estagiários e a partir delas construir a reflexão teórica, garantindo a articulação entre as três dimensões que compõem o exercício profissional e os três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares.

Esse movimento, que parte do que é trazido pelos estagiários a cada aula e a partir dele se constrói a reflexão teórica, que exige do supervisor um domínio do processo formativo e do exercício profissional, além de uma pesquisa constante sobre as respostas às expressões da questão social construídas profissionalmente e conjuntamente.

Assim, ainda que a disciplina parta de um programa estruturado no início de cada período letivo, ela se refaz à medida que necessita responder aos debates da própria supervisão e do cotidiano do estágio, o que pode indicar as dimensões que foram pouco apreendidas pelos estudantes ao longo da formação ou ainda, quais temas surgem exclusivamente da inserção no exercício profissional direto, potencializando a unidade trabalho e formação profissional.

Esse movimento de abstrair do real a particularidade para a análise teórica e fazer as conexões com a totalidade da formação em Serviço Social exige do supervisor acadêmico capacidade teórico-prática e aprofundamento dos fundamentos da profissão, sem os quais, a supervisão torna-se uma conversa sobre a prática e não a formação efetiva de assistentes sociais.

Um dos desafios é que, algumas vezes o docente, preocupado em garantir conteúdo do programa, não proporciona espaço para a reflexão do trabalho profissional. Assim como o oposto também se verifica, o supervisor acadêmico constrói no encontro Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 14, n. 2 (20), p. 173-186, jul./dez. 2015 ISSN 1676-6806

em sala de aula um “debate sobre a prática” sem as devidas mediações teórico-metodológicas.

Não se trata de uma dicotomia: o supervisor acadêmico é o responsável pelos aspectos teóricos, e o supervisor de campo pelos aspectos da prática. Ambos devem refletir com os estagiários as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas; mas, pela particularidade da inserção profissional o supervisor de campo fica mais próximo à intervenção; e o supervisor acadêmico, em sala de aula, tem uma responsabilidade maior em articular os fundamentos históricos, éticos, teóricos e metodológicos da ação profissional, do que o supervisor de campo, uma vez que há de se considerar o movimento do cotidiano institucional, em que se encontra o assistente social no campo.

Essas ênfases são justificadas pela dupla supervisão. O supervisor de campo constrói sua reflexão teórica imbuído das respostas que precisa dar à instituição e aos usuários, submetido à correlação de forças institucionais e à autonomia relativa que logrou conquistar nesse espaço. O supervisor acadêmico trabalha no campo da abstração, ao abstrair do relato o objeto trazido à aula para análise, é permitido ao supervisor encontrar as mediações que a particularidade da experiência fornece com a universalidade das implicações da questão social.

A supervisão acadêmica apresenta particularidades frente à supervisão de campo, construindo atribuições específicas para cada um dos supervisores. Tais atribuições implicam na obrigatoriedade de dois profissionais distintos acompanhando o processo de ensino aprendizagem profissional nos estágios supervisionados.

O pressuposto de análise considera a intrínseca relação entre teoria e prática, pois a “falta de uma leitura depurada, substancial e racionalmente crítica da realidade social pode trazer consequências desastrosas para o trabalho profissional, a exemplo das respostas – mesmo de maneira escamoteada – conservadoras” (FORTI, GUERRA, 2013, p.13).

A relação teoria-prática implica em suspender a superficialidade extensiva do cotidiano e deve ocorrer de forma dinâmica, desvelando no real as respostas que a teoria logra dar às expressões da questão social (COELHO, 2010). Refletir com rigor teórico sobre a realidade proporciona respostas críticas e coerentes às demandas do profissional inserido no processo de trabalho, articulando as demandas do usuário, da instituição e do próprio Serviço Social como profissão cujo direcionamento ético-político exige a

elaboração de estratégias de enfrentamento das expressões da questão social, mas também da privatização das políticas sociais, na perspectiva da defesa dos direitos.

A construção da relação teoria e prática na supervisão acadêmica é fundamental para o desvelamento da realidade econômica e social da sociedade burguesa. O desafio posto aos supervisores acadêmicos é de oferecer respostas rápidas, no momento dos relatos dos alunos estagiários, oferecendo subsídios teórico-metodológicos para as mediações, desvendando as particularidades das expressões da questão social, (re) construindo o objeto de intervenção e identificando as demandas sociais no trabalho do assistente social. Assim como, deve articular os demais conteúdos já trabalhados pelos outros professores com as indagações dos estagiários sobre a ação profissional, visando objetivar a centralidade do estágio na formação profissional.

Na supervisão acadêmica os demais componentes curriculares, especialmente os fundamentos da profissão devem estar presentes, respondendo de forma articulada às demandas postas pelo processo de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais. No estágio, todas as demais disciplinas necessitam fazer sentido, seu conteúdo deve servir para elucidar a complexidade das relações de produção e as relações sociais nas quais estão subtidos os homens e que se expressam na questão social.

Nesse aspecto, o supervisor acadêmico, precisa ter completo domínio do projeto pedagógico de curso e da orientação ético-política do Serviço Sociais, sem os quais seu exercício profissional recairá inequivocadamente em uma prática de sala de aula, burocrática e rotineira (MARCOSIN, 2010).

Para garantir espaços de debate e reflexão, a PNE indica que os encontros de supervisão acadêmica ocorram com, no máximo, 15 alunos. As condições de trabalho docente revelam a dificuldade das Unidades de Formação Acadêmica (UFA) em efetivar grupos de supervisão. No contexto da mercantilização da educação o objetivo, no ensino privado, passou a ser o lucro dos empresários da área (DAHMER, 2008), e a inserção de mais de um docente na supervisão acadêmica gera custos ao empresariado, que se sobrepõe aos interesses da qualidade da formação profissional. Um supervisor acadêmico para uma sala de 30, 40 ou 70 alunos, como já se verificou, a particularidade do componente curricular supervisão acadêmica não acontece, sendo mais um componente exclusivamente “conteudista”, sem a reflexão com os alunos sobre suas atividades no campo de estágio. No que tange aos cursos públicos a falta de concurso docente compromete a supervisão acadêmica, a sobrecarga de trabalho com atividades administrativas não permite a divisão dos grupos de supervisão, muitas vezes quem

Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 14, n. 2 (20), p. 173-186, jul./dez. 2015 ISSN 1676-6806

assume a supervisão acadêmica são profissionais recém contratados na universidade pública, ou até mesmo, em cargo de professores substitutos.

Outro desafio encontrado é a atribuição dos componentes curriculares da supervisão acadêmica. Alguns docentes reproduzem uma “hierarquização das disciplinas”, entre as disciplinas “teóricas” e as “práticas”; para estes a supervisão acadêmica é uma disciplina menor, sem grandes reflexões teórico-metodológicas, o que faz com que um grupo pequeno de docentes se interesse pela supervisão acadêmica, prejudicando e preterindo a supervisão em detrimento de outras disciplinas. Esta visão equivocada da supervisão acadêmica reproduz a cisão entre teoria e prática, colocando em risco a centralidade do estágio na formação profissional.

Para a efetivação da supervisão direta de estágio, segundo a Resolução 533 de 2008 do conjunto CFESS/CRESS, é necessário a relação sistemática entre supervisor de campo e supervisor acadêmico. Isso exige atribuições externas à sala de aula como: visita aos campos de estágio, debate com os supervisores de campo, participação nas reuniões do Fórum de Supervisão, reuniões da comissão de estágio e trato administrativo-pedagógico com os instrumentos de efetivação, acompanhamento e avaliação dos estágios.

As condições de trabalho docente impõem desafios reais de efetividade da supervisão direta.

Na maioria das UFA's privadas, os professores são horistas e não conseguem realizar visitas aos campos de estágio, debater situações específicas com os supervisores de campo ou com alunos estagiários, pois recebem somente o valor da hora-aula, em sala de aula, muitos acumulam com outras atividades profissionais.

Nas UFA's públicas não há carga horária diferenciada para a supervisão acadêmica, ocasionando um sobretabalho para aqueles, poucos, docentes que assumem essa tarefa.

Algumas unidades de formação não reconhecem a necessidade da supervisão direta. Aquelas UFA's que conseguem garantir algumas horas de trabalho para esta atribuição não garantem condições para locomoção do docente para o campo de estágio, tendo o supervisor acadêmico que arcar com as despesas necessárias para a visita em campo.

A Comissão de Estágio, que deve ser composta pela representação da coordenação de estágio do curso, dos supervisores acadêmicos, dos supervisores de campo e dos estagiários é uma instância relevante da política. Do ponto de vista da Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v.14, n. 2 (20), p. 173-186, jul./dez. 2015 ISSN 1676-6806

supervisão acadêmica, nela se podem dirimir problemas do processo de supervisão que recaiam sobre a dificuldade de acompanhamento do campo, abertura e fechamento de campos de estágio, adequações do projeto político pedagógico em atenção às necessidades da formação explicitadas pelo processo de acompanhamento do estágio.

A participação nas reuniões da comissão de estágio e dos Fóruns de Supervisão quer local ou regional, dos supervisores acadêmicos das UFA's privadas, ocorre muitas vezes por esforço individual dos profissionais, pois os mesmos não têm condições objetivas de incluir em seus planos de trabalho essas atividades, uma vez que são remunerados por horas de trabalho em sala de aula.

No que se refere à Coordenação de Estágio, o trabalho administrativo e pedagógico do setor de estágio supervisionado tem sido superdimensionado, com o aumento numérico dos alunos, enquanto as horas de trabalho permanecem estagnadas. Verifica-se que algumas UFA's privadas atribuem 04 a 05 horas semanais para esta atividade, que são poucas para todas as atribuições como: trato com os Acordos de Cooperação e Termo de Compromisso, abertura de campos de estágio, reuniões do setor de estágio, acompanhamento dos Fóruns entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual de precarização do trabalho e da formação profissional atinge diretamente a direção social estratégica construída historicamente pela categoria. Verifica-se também é uma ampliação do número de estagiário sem alterarem as condições dos campos de estágio.

As ações estratégicas para garantir a supervisão direta passam pela luta constante da melhoria das condições de trabalho docente. O que demonstra a necessidade de apropriação, por parte dos docentes e UFA's, da centralidade do estágio na formação profissional, requisito importante para a qualidade do ensino no Serviço Social. Requer reconhecer a condição de trabalhador assalariado dos docentes construindo reflexão crítica do significado atual da mercantilização da educação frente ao projeto neoliberal.

Outra estratégia a ser construída pelos docentes é a articulação com os órgãos da categoria, reforçando a Resolução 533 de 2008, como instrumento importante na luta pela qualidade dos estágios supervisionados, negociando com a instituição de ensino condições para a qualidade do trabalho que reverberarão na qualidade da formação profissional.

O fortalecimento das diretrizes curriculares de 1996 e da PNE da ABEPSS, como ação estratégica fundamental, pois tais documentos nos indicam caminhos a ser concretizados para garantir uma formação de qualidade. Assim como, articular junto ao MEC a regulamentação da PNE nas diretrizes curriculares, pois assim iniciará uma obrigatoriedade das indicações da Política na formação profissional.

Recebido em 09.12.2015 – Aprovado em 15.12.2015

REFERÊNCIAS

ABESS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, O Serviço Social no século XXI – Ano XVII. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 143-171.

ANDERSON, P. O Balanço do Neoliberalismo. GENTILE, P; SADER, E. **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BOSCHETTI, I. Implicações da reforma do ensino superior para o exercício profissional do assistente social: Desafios para a ABEPSS. **Temporalis**, n. 1, Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. 2. ed., Brasília: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004.

Conselho Federal de Serviço Social. CFESS. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. **Resolução 533**, de 29 de setembro de 2008.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

COELHO, M. A. Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Serviço Social**: Temas, Textos e Contextos – coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do Ensino Superior, Educação à Distância e Serviço Social. **Temporalis**, n. 15. Ano VIII. Brasília: ABEPSS, 2008.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na Prática a Teoria é outra? **Serviço Social**: temas, textos e contextos. 4o. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

LEHER, Roberto. Crise Estrutural e Função Social da Universidade Pública. **Temporalis**, ano 10, n. 19, Brasília, jan./jun. 2010.

LIMA, K. Contrarreforma da educação superior e a formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, ano 08, n. 15, Brasília, jan/jun. 2008.

MARCONSIN, C. Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção Burocrática e Rotineira. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos** – coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-político. **Emancipação**, n. 06. Ponta Grossa, UEPG, 2006.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. Reforma do estado e impactos no ensino superior. **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), n. 1, Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. 2. ed., Brasília: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004. p. 11-33.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.